

Número	Tema	Autor	Impacto	Foco	Avaliação			Tema	Instituição
					Avaliação	Preocupação	Impacto		
CD PL 135/2022	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a concessão de teletrabalho aos pais de crianças com até 8 (oito) anos de idade.	Guilherme Fruet	Alto	Contra	Trabalhista	Contra	Alto	Trabalhista	Concordamos com PL 135/2022, vez que causaria o aumento da discriminação na contratação.
CD PL 130/2022	Acrescenta artigo 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o objetivo de assegurar ao consumidor, nas contratações de fornecimento de produto ou serviço ocorridas em loja física, o direito à substituição por outro produto ou serviço ofertado em qualquer estabelecimento da mesma jurídica fornecedora ou em qualquer unidade integrante da mesma rede fornecedora, em território nacional.	Cássio Andrade	Médio	Contra com ressalvas	Contratos	Contrário com ressalvas	Médio	Consumidor	O objetivo do projeto é relevante sob a ótica do consumidor final, mas aos fornecedores vai acarretar uma desorganização de estoque de produtos que deve ser analisado.
CD PL 104/2022	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar o acidente de trabalho, para fins previdenciários, a morte imprevista temporária ou permanente do segurado do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, documento de identificação nº 13.102/2018.	Regiane Dias	Baixo	Contra	Trabalhista	Contra	Alto	Trabalhista	Discordamos do PL 104/2022, vez que não há como comprovar que o covid-19 foi contraído durante a prestação de serviços. Inclusive diante de adoção de diversas empresas ao Home Office, não poderíamos do mesmo alguma consideração covid-19 como doença laboral.
CD PL 96/2022	Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado se ausente do trabalho a fim de acompanhar o filho em internação em estabelecimento de saúde.	Diogo Garcia	Baixo	Contra com ressalvas	Trabalhista	Favorável com ressalvas	Baixo	Trabalhista	Concordamos com ressalvas com PL 96/2022, vez que deverá ser incluído requisitos, para esta concessão, principalmente sobre a idade do menor.
CD PL 66/2022	Institui a Lei de Defesa do Empreendedor, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, e dá outras providências.	Alexandre Frota	Médio	Favorável	Contratos	Favorável	Alto	Libertaristas	Projeto que fomenta o empreendedorismo e favorece o mercado para os atacalistas e distribuidores
CD PL 119/2022	Dispõe sobre normas gerais relativas à emissão de nota fiscal ou documento equivalente e trata de infrações de ordem econômica, alterando a Lei nº 2.232, de 30 de novembro de 2011, que institui o Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.	Vitor Hugo	Alto	Favorável	Tributário	contrário	Muito alto		Trata-se do projeto de lei que dispõe sobre normas gerais relativas à emissão de NF-e, prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, alterando a legislação existente. A ABAD se posiciona de modo contrário ao projeto de lei, pois o PL traz burocratização em relação à emissão das NF-e, aumentando o custo tributário com obrigações acessórias. Além disso, pretende ampliar o alcance da norma prevista no art. 36 da Lei Antitruste, que prevê a aplicação de penalidade aos agentes que adotem práticas abusivas no oligopólio. É extremamente relevante o acompanhamento conjunto do projeto e seus desdobramentos, na medida em que pode impactar significativamente o setor.
CD PL 79/2022	Dispõe sobre medidas melhores e significativas na legislação do processo de fabricação e validade das embalagens.	José Mello	Baixo	Contra	Contratos	Indiferente	Baixo	Consumidor	Projeto objetivo impor aos fabricantes de produtos incluir a data de validade de forma bem visível ao consumidor. Nenhum impacto comercial aos atacalistas e distribuidores.
CD PDS 12/2022	Susta a aplicação do Acordo de Cooperação nº 16/2021, celebrado entre o Ministério da Economia e a Federação Brasileira de Bancos - Febraban, e do Acordo de Cooperação nº 27/2021, celebrado entre o Ministério da Economia e a Associação Brasileira de Bancos - ABCB.	Afonso Florence	Baixo	Contra	Contratos	Indiferente	Baixo	LGPD	O objetivo do projeto é relevante para preservar os dados pessoais em observância à LGPD, mas é irrelevante no aspecto comercial aos atacalistas e distribuidores.
SF PL 2/2022	Altera as Leis nos 10.837, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores de pendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo importador de Bens, Estrangeiros ou Serviços, do Exterior (COFINS-Importação).	Italci	Baixo	Favorável	Tributário	favorável	alto	Créditos do PIS e COFINS com gastos da LGPD	Trata-se do projeto de lei que altera as legislações do PIS e da COFINS, para prever a possibilidade do credenciamento do PIS, COFINS, PIS-Importação e COFINS-Importação (regime não-cumulativo) sobre os valores gastos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da LGPD. A ABAD se posiciona de forma favorável ao projeto de lei e recomenda o acompanhamento e desdobramentos do PL, pois possibilita economia tributária aos afiliados.
SF PL 4/2022	Altera as Leis nos 10.837, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores de pendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo importador de Bens, Estrangeiros ou Serviços, do Exterior (COFINS-Importação).	Italci	Baixo	Favorável	Tributário	favorável	alto	Créditos do PIS e COFINS com gastos da LGPD	Trata-se do projeto de lei que altera as legislações do PIS e da COFINS, para prever a possibilidade do credenciamento do PIS, COFINS, PIS-Importação e COFINS-Importação (regime não-cumulativo) sobre os valores gastos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da LGPD. A ABAD se posiciona de forma favorável ao projeto de lei e recomenda o acompanhamento e desdobramentos do PL, pois possibilita economia tributária aos afiliados.
SF PL 10/2022	Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho	Chico Rodrigues	Médio	Favorável com Ressalvas	Trabalhista	Favorável com ressalvas	Médio	Trabalhista	Concordamos com ressalvas com PL 10/2022, vez que já é possível regularizar a alternância do regime por meio de aditivo do contrato de trabalho. Contudo, não há previsão em lei, visto que seria inviável com a aprovação do PL.